

Álvaro Mayrink da Costa

Comentários ao
CÓDIGO PENAL

Parte Geral

2ª edição

Revista, Atualizada e Ampliada

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2025

1ª edição – 2022

2ª edição – 2025

© *Copyrigh*

Álvaro Mayrink da Costa

alvaro.mayrink@terra.com.br

Instituto Mayrink da Costa

Portal www.execucaopenal.org

Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery Costa*

Conselho Editorial: • *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis* • *Arnaldo Rizzardo* • *Arruda Alvim (in memoriam)* • *Cláudio Brandão* • *Floribal de Souza Del' Olmo* • *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro* • *Nelson Nery Costa* • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira*

Diagramação: *Olga Martins*

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C87c

2. ed.

Mayrink da Costa, Álvaro

Comentários ao código penal : parte geral / Álvaro Mayrink da Costa. - 2. ed. - rev., atual. - Rio de Janeiro: GZ, 2024.
950 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-113-7

1. Direito penal - Brasil. 2. Brasil. [Código penal (1940)]. I. Título.

24-93065

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410

Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP

Tels.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

*A Catarina Coimbra Mayrink da Costa,
minha neta.*

NOTA A 2ª EDIÇÃO

Assim, revistos, ampliados e atualizados, nos presentes Comentários ao Código Penal, Parte Geral, busca-se atender, no campo da pesquisa doutrinária e crítica, principalmente, ao alunado, que se prepara para elaborar trabalho monográfico, na graduação ou na pós-graduação, nesta área específica, bem como aos operadores do direito, no enfrentamento diário dos casos concretos, trabalhando com o tripé lei, doutrina e jurisprudência.

Após seis décadas de plena docência universitária, torna-se difícil a tarefa da atualização nesta edição que diz respeito ao surgimento de várias leis no sentido de atender ao populismo penal, principalmente no sentido de alongar o poder punitivo com as criminalizações e prisionalizações como instrumentos eficazes e imediatos, diante de novos conflitos sociais. Comentários à Lei de Execuções Penais no que pertine aos artigos específicos da legislação penal sobre o tema. Há um período transitório, diante de novas normas pertinentes à execução, principalmente, no que tange a progressão de regime e benefícios aos apenados, que deverão ser objeto de futura apreciação de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Repete-se De Page: “O juiz, ao interpretar a lei, não pode tomar liberdades inadmissíveis com ela”.

O nosso olhar, neste momento, prende-se a esta precisa proposta, delimitada e compreendida em sua profundidade e clareza, gratificante na proporção que atinja os objetivos almejados na sua publicação.

Registro os agradecimentos ao amigo e editor Guilherme Pinto Zingone, sem cujo apoio não seria possível esta nova edição com as modificações no projeto com a qualidade e o prestígio do selo da Editora GZ e de sua diagramadora Olga Martins e sua competente equipe.

Igualmente, os agradecimentos a Marcelo Delduque pela pesquisa, digitalização e organização dos originais com dedicação e eficiência.

Álvaro Mayrink da Costa

NOTA DO AUTOR

A obra visa disponibilizar, através de uma releitura fecunda, a evolução dos conhecimentos histórico, doutrinário e pretoriano, com suporte no observatório criminológico contemporâneo, a intervenção de *ultima ratio* para a construção da prevenção e contenção dos conflitos sociais intoleráveis à segurança pública e à paz social, presente o diálogo permanente da dignidade da pessoa humana e os efeitos éticos do direito de punir em uma proposta com um *novo* olhar, diante de um mundo globalizado, marcado pelo confronto e pela violência.

Fotografa-se a luta pela manutenção de um estado de direito garantidor da preservação dos direitos sociais e coletivos, perante uma sociedade pluralista e extremamente desigual, na procura de compatibilização das liberdades individuais e coletivas, em que o Direito Penal seja mínimo e secundário para ser democrático e que reflita a preservação dos direitos fundamentais como contributo à estabilidade social de uma sociedade livre, justa e solidária.

Os presentes *Comentários* à Parte Geral do Código Penal brasileiro abarcam o estudo individualizado de cada dispositivo legal, imbricando a discussão da evolução histórico-normativa, a contribuição do direito comparado, dando amplitude à crítica doutrinária e o relevante papel dos tribunais superiores na criatividade da interpretação judicial, proporcionando uma *nova* visão, *atualizada* e *contemporânea* para a segurança da pesquisa e consulta. Busca-se a perenidade dos elementos de estudo para a edificação da construção normativa contemporânea, diante de um Estado Democrático de Direito.

Álvaro Mayrink da Costa

OBRAS DO AUTOR

- Casos em Matéria Criminal*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 1981.
- Casos em Matéria Criminal*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 1994.
- Casos em Matéria Criminal*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 1995.
- Casos em Matéria Criminal*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 1997.
- Casos em Jurisdição Cível*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1997.
- Código Penal Comentado*, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2013.
- Comentários ao Código Penal - Parte Geral*, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2022.
- Comentários ao Código Penal - Parte Geral*, 2ª ed., Revista, Atualizada e Ampliada, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2024.
- Crime Militar*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976.
- Crime Militar*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Lúmen Juris, 2005.
- Crimes contra a Administração Pública*, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2018.
- Crimes contra a Administração Pública*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, GZ Editora, 2022.
- Crimes contra a Administração Pública*, 3ª Ed., Rio de Janeiro, GZ Editora, 2024.
- Crimes contra a Pessoa*, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2025. (em preparo)
- Criminologia*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Rio, 3 volumes, 1976.
- Criminologia*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 2 volumes, 1980.
- Criminologia*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 2 volumes, 1982.
- Criminologia*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 2005.
- Criminología*, Buenos Aires, Trad. de la edición brasileña por Fernando Dutour, Depalma, 1985.
- Criminologia*, Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- Curso de Direito Penal*, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2015.
- Direito Penal, Parte Geral*, 1ª Ed., Editora Forense, 1982.
- Direito Penal, Parte Especial*, 1ª Ed., Editora Forense, 1986.
- Direito Penal, Parte Geral, Consequências jurídicas do injusto*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, vol. 3, 2007.
- Direito Penal, Parte Especial, Injustos contra a pessoa*, 6ª ed., Editora Forense, vol. 4, 2008.
- Direito Penal, Parte Geral, Teoria do injusto*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, vol. 1, 2009.
- Direito Penal, Parte Geral, Teoria do injusto*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, vol. 2, 2009.
- Direito Penal, Parte Especial*, 6ª ed., *Injustos contra o patrimônio*, Rio de Janeiro, Editora Forense, vol. 5, 2009.
- Direito Penal, Parte Especial*, 6ª ed., *Injustos contra a sociedade*, Rio de Janeiro, Editora Forense, vol. 6, 2010.

Direito Penal, Parte Especial, 6ª ed., *Injustos contra o Estado*, Rio de Janeiro, Editora Forense, vol. 7, 2011.

Exame Criminológico, 1ª ed., São Paulo, Editora Jurídica e Universitária, 1972.

Exame Criminológico, 5ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 1997.

Execução Penal, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2016.

Execução Penal, Rio de Janeiro, 1ª reimpressão, GZ Editora, 2018.

Jurisprudência Criminal, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2002.

Raízes da Sociedade Criminógena, 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Rio Lumen Juris, 1997.

Raízes da Sociedade Criminógena, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2010.

Raízes da Sociedade Criminógena, 3ª ed., Revista, Ampliada e Ilustrada, Rio de Janeiro, GZ Editora, 2024.

Temas de Direito Penal, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011.

ABREVIATURAS

ADin - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Ag - Agravo

AgE - Agravo em Execução

AgReg - Agravo Regimental

AgReg em HC - Agravo Regimental em Habeas Corpus

AgReg na Recl - Agravo Regimental na Reclamação

AgReg na RESP - Agravo Regimental no Recurso Especial

APn - Ação Penal

BACEN - Banco Central do Brasil

CC - Conflito de Competência

CF - Constituição Federal

CNJ - Conflito Negativo de Jurisdição

CP - Código Penal

CPP - Código de Processo Penal

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EDcl - Embargos de Declaração

EDcl no EDcl no REsp - Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração no Recurso Especial

EI - Embargos Infringentes

Emb.Div. - Embargos de Divergência

EP - Execução Penal

Extr - Extradicação

HC - Habeas Corpus

j. - Julgado em

Inq - Inquérito

IUF - Incidente de Uniformização de Jurisprudência

LEP - Lei de Execução Penal

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MC - Medida Cautelar

Min. - Ministro

Min.* - Desembargador convocado

MS - Mandado de Segurança

PE - Pedido de Extradicação

Pet - Petição

Pet no AgReg - Petição no Agravo Regimental
ProgRegAgr - Agravo Regimental na progressão de regime
QC - Queixa Crime
QO - Questão de Ordem
Rel - Reclamação
rel. - Relator
RCrim - Recurso Criminal
RE - Recurso Extraordinário
REsp - Recurso Especial
RHC - Recurso em Habeas Corpus
RO - Recurso de Ofício
ROHC - Recurso Ordinário de Habeas Corpus
RVCrim - Revisão Criminal
RSE - Recurso em Sentença Estrangeira
STF - Supremo Tribunal Federal
STJ - Superior Tribunal de Justiça
T. - Turma
TJ - Tribunal de Justiça

ÍNDICE SISTEMÁTICO

NOTA A 2ª EDIÇÃO.....	VII
NOTA DO AUTOR	IX
OBRAS DO AUTOR	XI
ABREVIATURAS	XIII

INTRODUÇÃO	1
I - FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL.....	1
II - A NORMA PENAL.....	15
III - A INTERPRETAÇÃO DA LEI E A SEGURANÇA JURÍDICA	25

Título I DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Art. 1º. ANTERIORIDADE DA LEI	33
I - Antecedentes históricos	33
II - Antecedentes legislativos.....	33
III - Princípios constitucionais expressos ou defluentes	34
1. Princípio da legalidade ou da reserva legal	34
2. Princípio da taxatividade	41
3. Princípio da vedação da dupla punição pelo mesmo fato	41
4. Princípio da igualdade ou isonomia	43
5. Princípio da dignidade da pessoa humana	44
6. Princípio da irretroatividade da lei mais grave	47
7. Princípio da intranscendência	48
8. Princípio da individualização da pena	49
9. Princípio da culpabilidade (nulla poena sine culpa)	49
10. Princípio da intervenção mínima (nulla poena sine necessitate)	52
11. Princípio da fragmentalidade	53
12. Princípio da lesividade ou da ofensividade (nulla necessitate iniura)	54
13. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	57
14. Princípio da proporcionalidade	60
15. Princípio da proibição de excesso.....	62
Art. 2º. LEI PENAL NO TEMPO	63
I - Sucessão de leis penais no tempo.....	63
II - Âmbito de validade temporal.....	64
III – Extraterritorialidade.....	64

IV - Irretroatividade da lei penal mais grave (novatio legis in pejus)	65
V - Retroatividade da lei penal mais benéfica	66
VI - Novo tipo penal	67
VII - Abolição do tipo penal (abolitio criminis)	67
VIII - Introdução de disposições modificadoras	67
IX - Leis sucessivas	68
X - Variação nas leis	68
XI - Combinação de leis	68
XII - Medidas de segurança	71
XIII - Lei de execução penal	71
XIV - Vacatio legis	71
 Art. 3º. LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA	72
I – Lei excepcional ou temporária	72
II - Direito temporal em relação aos injustos integrados	73
III - Tipos integrados por uma pluralidade de fatos	73
IV - Crimes habituais	73
V - Crimes permanentes	73
VI - Crimes continuados	74
VII - Normas penais em branco	75
 Art. 4º. TEMPO DO CRIME	76
 Art. 5º. TERRITORIALIDADE	77
I - Direito penal internacional	77
II - Soberania dos estados	78
III - Território nacional	79
IV - Princípio da territorialidade	79
V - Território nacional por extensão	80
VI - Imunidade parlamentar	81
VII - Princípio da representação ou substituição	83
VIII - Princípio da territorialidade temperada	83
IX - Crimes praticados a bordo	83
X - Limites do mar territorial brasileiro	83
XI - Direito de passagem inocente	84
XII - Zona contígua e econômica	84
XIII - Plataforma continental	84
XIV - Espaço aéreo	85

XV - Lei do abate.....	86
Art. 6º. LUGAR DO CRIME.....	86
I - Lugar do crime.....	86
II - Omissivos próprios e concurso de pessoas	87
III - Crimes à distância.....	87
IV - Crimes conexos, habituais, continuados e permanentes	87
Art. 7º. EXTRATERRITORIALIDADE	88
I - Extraterritorialidade da lei penal.....	89
II - Princípios aplicáveis.....	89
III - Extraterritorialidade incondicionada.....	91
IV - Extraterritorialidade condicionada	91
V - Imunidades diplomáticas	91
VI – Extradicação.....	92
VII – Classes	94
VIII - Princípios informadores	94
IX - Extradicação não será concedida.....	95
X - Brasileiro naturalizado.....	96
XI - Crime político	96
XII – Formas.....	98
XIII – Fontes	98
XIV - Nacionalidade do extraditando.....	98
XV - Sistema de efetivação	99
XVI – Expulsão	100
XVII - Asilo e refúgio	101
XVIII – Reextradição.....	102
XIX – Diferenciações	102
XX - Tribunal Penal Internacional.....	102
XXI - Crimes sob a jurisdição do Tribunal Penal internacional.....	103
XXII - Perfil da jurisdição.....	103
XXIII – Fundamentos.....	104
XXIV – Princípios.....	105
XXV - Pena de morte e prisão perpétua	105
Art. 8º. Pena Cumprida no Estrangeiro	106
Art. 9º. Eficácia de Sentença Estrangeira.....	107
I - Sentença estrangeira	107

II – Homologação.....	108
Art. 10. Contagem de Prazo.....	109
Art. 11. Frações Não Computáveis da Pena.....	110
Art. 12. Legislação Especial.....	111
I - Fatos incriminados pela lei especial	111
II - Concurso aparente de normas penais.....	111
III - Concurso aparente de tipos	112
IV - Princípio da especialidade.....	112
V - Princípio da subsidiariedade	113
VI - Princípio da consunção	114
VII - Tipo complexo	115
VIII - Princípio da alternatividade	115
IX - Tipo progressivo	116
 Título II DO CRIME	
I - Linhas estratificadas da construção.....	117
II - Tendências contemporâneas.....	122
III - Distinção entre crime e contravenção.....	125
IV - Sujeitos do delito	126
V - Responsabilidade penal das pessoas jurídicas	129
VI - Objeto material da ação.....	133
VII - Objeto jurídico	135
 Art. 13. Relação de Causalidade. Superveniência de Causa Independente.	
Relevância da Omissão.....	137
I - Nexo de causalidade.....	138
II – Resultado.....	140
III - Teoria da equivalência das condições	141
IV - Teoria da causalidade da relevância jurídica	144
V - Teoria da causalidade adequada	146
VI - Teoria da imputação objetiva.....	147
VII - Polêmica em torno do conceito de ação	152
VIII - Ausência de ação (fase negativa)	155
IX - Atos reflexos e atos instintivos	155
X - Estados de plena inconsciência	157
XI - Coação física irresistível	158

XII - Caso fortuito e força maior	159
XIII - Causas preexistentes, concomitantes e simultâneas	160
XIV – Omissão.....	161
XV - Omissão própria e imprópria	163
XVI - Omissivos impróprios e a posição de garante	163
XVII - Coautoria e participação	165
 Art. 14. Crime Consumado. Tentativa. Pena de Tentativa	165
I – Consumação	166
II – Tentativa	166
III - Fundamentação da punibilidade.....	170
IV - Fase objetiva	171
V - Teorias da tentativa	172
VI - Fase subjetiva.....	173
VII - Figuras especiais no tratamento da tentativa	174
 Art. 15. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.....	180
I - Desistência voluntária e arrependimento eficaz	180
II - Natureza jurídica	180
III - Tentativa acabada e inacabada.....	181
IV – Pressupostos	181
V - Desistência presumidamente inacabada	182
VI – Voluntariedade.....	183
VII – Espontaneidade.....	183
VIII - Conduta omissiva	183
IX - Arrependimento eficaz.....	184
X - Concurso de pessoas	184
XI – Distinção.....	184
XII - Tentativa abandonada	185
XIII - Tentativa falha	185
 Art. 16. Arrependimento Posterior.....	186
I - Conceito	186
II – Requisitos	186
III – Momento.....	186
IV - Reparação do dano e restituição da coisa.....	187
V – Voluntariedade.....	187
VI - Arrependimento posterior e causa de redução premiada	187

Art. 17. Crime Impossível.....	188
I – Crime impossível e tentativa inidônea.....	188
II - Flagrante preparado ou esperado	190
III - Idoneidade de meios	191
IV - Tentativas irreais	191
 Art. 18. Crime Doloso. Crime Culposos.....	193
I – Dolo	197
II - Dolo como momento final da ação	202
III – Teorias	202
IV - Teorias voluntaristas	202
V - Teoria da representação.....	203
VI - Teoria do consentimento	203
VII - Teoria da probabilidade	205
VIII - Teorias explicativas.....	205
IX - Teoria do risco	205
X - Fórmulas de Frank	206
XI - Dolo eventual nos crimes de trânsito.....	209
XII – Culpa.....	211
XIII - Posição welzeliana.....	214
XIV - Violação do dever de cuidado.....	218
XV - Princípio da confiança	222
XVI - Culpa consciente e inconsciente	224
XVII - Formas e espécies	225
XVIII - Culpa temerária	226
XIX - Compensação e concorrência	226
XX - Culpa por assunção	227
XXI - Graus de culpa.....	227
 Art. 19. Agravamento pelo Resultado	228
I - Resultado.....	228
II - Princípio da insignificância	235
III - Crimes qualificados pelo resultado	236
IV - Previsibilidade do resultado.....	236
V – Preterintencionalidade.....	237
VI - Tipos complexos.....	238

Art. 20. Erro Sobre Elementos do Tipo. Discriminantes Putativas. Erro Determinado por Terceiro. Erro sobre a Pessoa	239
I - A questão do erro	239
II - Elementos normativos e descritivos	239
III - Formas de incidência do erro	240
IV – Teorias	240
V - Erro sobre os elementos integrantes do tipo	240
VI - Erro de direito extrapenal	241
VII - Erro sobre as causas e circunstâncias que agravam ou atenuam a resposta penal	242
VIII - Erro de subsunção	242
IX - Erro do tipo essencial	242
X - Erro sobre as discriminantes putativas	243
XI - Erro determinado por terceiro	247
XII - Erro sobre a pessoa	247
 Art. 21. Erro Sobre a Illicitude do Fato	 248
I - Erro de Proibição	248
II - Erro vencível e invencível	253
 Art. 22. Coação Irresistível e Obediência Hierárquica	 254
I – Culpabilidade	255
II - Evolução do conceito	257
III - Teorias contemporâneas	265
IV - Teoria normativa pura	266
V – Culpabilidade	268
VI - Conceito social de culpabilidade	268
VII - Consciência potencial da ilicitude	270
VIII – O não dever com fulcro no conteúdo cultural normativo	272
IX - Coação moral irresistível (vis compulsiva)	273
X - Coação física (vis absoluta)	275
XI - Atenuação e agravação	276
XII - Coator, coato e vítima	276
XIII - Desobediência civil	276
XIV - Obediência hierárquica	277
XV - Ordem manifestamente ilegal	280
XVI - Inexigibilidade de conduta diversa	280

Art. 23. Exclusão de Ilcitude. Excesso Punível	283
I – Ilcitude	284
II - Causas de justificação.....	286
III - Princípio da ausência do interesse	287
IV – Consentimento do ofendido (Einwilligung des Verletzen)	290
V - Consentimento presumido.....	290
VI - Causa de justificação e excludente da tipicidade	293
VII - Estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito	293
VIII - Uso da algema.....	299
IX - Defesas mecânicas	299
X - Excesso punível	300
 Art. 24. Estado de Necessidade	303
I - Estado de necessidade justificante.....	303
II - Estado de necessidade por colisão de deveres	305
III – Teorias. Históricos fundamentos	306
IV – Natureza jurídica do estado de necessidade.....	307
V – Sujeitos ativo e passivo	311
VI - A restrição do estado de necessidade exculpante operada por cláusula de exigibilidade	312
VII - Auxílio necessário no estado de necessidade	313
VIII – Requisitos	314
IX - Estado de necessidade exculpante e supralegal.....	319
X - Excesso no estado de necessidade justificante	322
XI - Causa de diminuição de pena	322
 Art. 25. Legítima Defesa	323
I - Antecedentes históricos	323
II - Duplo fundamento da legítima defesa	324
III – Teorias da legítima defesa	326
1. Teoria da coação moral.....	326
2. Teoria da escusa legal	327
3. Teoria do exercício de um direito	328
4. Teoria da delegação do poder público.....	330
5. Teoria positiva	331
6. Teoria éticossocial limitada.....	331
7. Teoria do interesse preponderante	331
IV - Natureza jurídica da legítima defesa	333

V – Conceito	333
VI – Requisitos da legítima defesa	333
1. Injusta agressão	333
2. Agressão ilícita	339
3. Bens e interesses a serem defendidos.....	343
4. Atualidade ou iminência da agressão.....	345
5. Moderação	347
6. Provocação e agressão injusta.....	348
7. Lesões a bens jurídicos de terceiros	349
VII – Defesas mecânicas predispostas	351
VIII - Legítima defesa putativa	353
IX - Excesso punível	356

Título III DA IMPUTABILIDADE PENAL

Art. 26. Inimputáveis. Isenção de pena. Redução de Pena.....	359
I – Imputabilidade	359
II - Posição normativa	361
III - Causas de exclusão da culpabilidade.....	361
IV - Doença mental	364
V - Capacidade psíquica reduzida	373
Art. 27. Menores de Dezoito Anos	375
I – Menoridade	375
Art. 28. Emoção e Paixão. Embriaguez: voluntária ou culposa. Isenção de pena. Redução de Pena	380
I - Emoção e paixão	380
II – Embriaguez	382
III - Actiones liberae in causa	384

Título IV DO CONCURSO DE PESSOAS

Art. 29. Participação de menor importância	389
I - Evolução histórico-normativa.....	389
II - Autoria e participação	394
III - Pessoa jurídica	397
IV - Teoria objetivo-formal	399
V - Teoria subjetiva	400
VI - Teoria do acordo prévio	401

VII – Teoria do domínio do fato	401
VIII – Autoria direta	405
IX – Autoria mediata	406
X – Coautoria	409
XI – Participação	413
XII – Instigação	418
XIII – Cumplicidade	419
XIV – Espécies de concurso	422
XV – Participação de menor importância	422
Art. 30. Circunstâncias Incomunicáveis	423
I – Circunstâncias e condições incomunicáveis	423
Art. 31. Casos de Impunibilidade	425
Título V	
DAS PENAS	
I - As penas e sua razão existencial	426
II – Evolução histórica	426
III – Teorias, fins e funções da pena	434
IV – Questões críticas e o modelo garantidor	447
CAPÍTULO I	
DAS ESPÉCIES DE PENA	
Art. 32 - Penas	457
I – Espécies de pena	457
II – Pena unitária de prisão	459
III - Nota sobre a pena de morte	459
Seção I	
Das Penas Privativas de Liberdade	
Art. 33. Reclusão e Detenção. Regimes de cumprimento	465
I – Introdução	466
II – Penas privativas de liberdade	468
III – Modelos penitenciários	473
1. Sistema pensilvânico	473
2. Sistema auburniano	475
3. Sistema progressivo inglês	477
4. Sistema progressivo irlandês	478

5. Modelo de Elmira	479
IV – Regime prisional brasileiro	480
Art. 34. Regras do Regime Fechado.....	491
I - Sistemas e regimes penitenciários	491
II - Regimes prisionais brasileiros	496
III - Regime fechado.....	500
IV - Regime disciplinar diferenciado	503
V - Exame criminológico	510
VI - Visita íntima	517
VII – Permissões de saída	519
VIII – Trabalho prisional.....	520
Art. 35. Regras do Regime Semiaberto.....	522
I - Regime semiaberto	522
II – Monitoramento eletrônico	529
III – Saída temporária	531
Art. 36. Regras do Regime Aberto	532
I - Regime aberto	533
Art. 37. Regime Especial.....	539
Art. 38. Direitos do Preso	543
Art. 39. Trabalho do Preso	556
I – Trabalho do preso.....	556
II - Política Nacional de Trabalho, no âmbito do Sistema Prisional.....	565
III – Remição	565
1. Remição pelo trabalho	566
2. Remição pelo estudo	569
3. Remição pela leitura.....	571
IV - Remição pelo dano moral	573
V - Revogação do período remido	574
Art. 40. Legislação Especial.....	577
Art. 41. Superveniência de Doença Mental.....	577
I - Superveniência de doença mental	577
II - Medida de segurança provisória	578

Art. 42. Detração	578
I – Detração	578
Seção II	
Das Penas Restritivas de Direito	
Art. 43. Penas Restritivas de Direitos	581
I - Penas restritivas de direitos	582
II - Prestação pecuniária	584
III - Perda de bens e valores.....	586
IV - Prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas	587
V - Interdição temporária de direitos	589
VI - Limitações de fim de semana.....	593
Art. 44. Penas restritivas de direitos são autônomas	594
I - Requisitos objetivos e subjetivos	595
II - Execução Provisória da Pena Restritiva de Direitos	596
III - Violência doméstica	597
IV - Colaboração premiada	597
V - Crime hediondo	598
VI - Crime militar	599
VII - Crimes ambientais.....	599
VIII - Descumprimento injustificado da restrição imposta	599
IX – Estrangeiro.....	600
X - Condenação à pena privativa de liberdade por novo crime.....	600
XI - Regras de substituição.....	600
XII – Compatibilização	600
XIII - Superveniência de condenação.....	601
Art. 45. Conversão das Penas Restritivas de Direitos	601
I - Prestação pecuniária	602
II – Conversão	602
III - Prestação de outra natureza	603
IV - Perda de bens e valores	603
Art. 46. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas	605
I - Prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas.....	605
II - Suspensão condicional do processo e prestação de serviço social alternativo	606
III - Conversão diante da execução	606
IV – Substituição	606

V – Prescrição	606
VI - Alterações na execução da pena de prestação de serviços à comunidade	606
Art. 47. Interdição Temporária de Direitos	607
I - Interdição temporária de direitos	607
II - Proibição de exercício de cargo público, função ou atividade, bem como mandato eletivo	607
III - Proibição do exercício de atividade ou ofício que dependam de habilitação especial de licença ou autorização do poder público	607
IV - Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	608
V - Proibição de frequentar determinados lugares	608
VI - Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos	609
VII - Conversão obrigatória	609
VIII - Juizados especiais	610
Art. 48. Limitação de Fim de Semana	610
Limitações de fim de semana	610

Seção III Da Pena de Multa

Art. 49. Multa	611
I - Generalidades	612
II - Evolução histórico-normativa do Direito pátrio	614
III - Âmbito de aplicação. Cálculo. Detração	616
IV - Natureza jurídica e requisitos da substituição	617
Art. 50. Pagamento da Multa	618
I - Pagamento da multa	619
Art. 51. Conversão da Multa e Revogação	620
II - Recolhimento da multa como condição para a progressão de regime	622
III – Prescrição	623
Art. 52. Suspensão da Execução da Multa	624

Capítulo II Da Cominação das Penas

Art. 53. Penas Privativas de Liberdade	624
Art. 54. Penas Restritivas de Direitos	625

Art. 55. Tempo de Duração.....	627
Art. 56. Penas de interdição	627
Art. 57. Execução da pena de interdição	628
Art. 58. Pena de Multa	629
I - Limites	629
II - Compatibilidade de aplicação	629
III - Leis especiais	629

Capítulo III

Da Aplicação da Pena

Art. 59. Fixação da Pena	631
I - Aplicação da pena	631
Art. 60. Critérios Especiais da Pena de Multa. Multa substitutiva.....	639
I – Conceito.....	639
II - Aumento de pena.....	640
III – Diminuição.....	640
IV - Multa irrisória	640
V - Critérios para fixação	640
VI - Multa substitutiva	640
Art. 61. Circunstâncias Agravantes	641
Art. 62. Agravantes no Caso de Concurso de Pessoas	665
Art. 63. Reincidência	668
I - Conceito	668
II - Maus antecedentes	669
III - Reincidência específica ou genérica	669
IV - Efeitos da reincidência	670
V - Prova da reincidência.....	672
Art. 64. Para efeito de reincidência	673
I - Prescrição	673
II - Crime político e militar	674
III - Crimes políticos	674
IV - Crimes militares	674

Art. 65. Circunstâncias Atenuantes.....	675
I - Ser o agente menor de 21 anos, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data de sentença	676
II – Idoso	676
III - Desconhecimento da lei. Erro de vigência	677
IV - Motivo de relevante valor moral ou social.....	677
V - Evitação ou minoração das consequências	678
VI - Reparação de dano	678
VII - Coação resistível.....	679
VIII - Influência de emoção violenta por ato injusto da vítima	680
IX - Confissão espontânea	680
X - Confissão e colaboração premiada.....	681
XI - Multidão em tumulto	682
 Art. 66. Circunstância atenuante inominada.....	683
Circunstância atenuante inominada.....	683
 Art. 67. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes	684
I - Concurso de circunstâncias e de causas.....	684
 Art. 68. Cálculo da Pena	685
 Art. 69. Concurso Material	688
I - Unidade e pluralidade de crimes.....	689
II - Concurso material ou real	692
 Art. 70. Concurso Formal.....	695
I - Concurso formal ou ideal	695
 Art. 71. Crime Continuado.....	699
I - Crime continuado	699
 Art. 72. Multas no Concurso de Crimes.....	710
 Art. 73. Erro na Execução	711
I - Erro accidental	711
II - Erro de execução (aberratio ictus).....	711
 Art. 74. Resultado Diverso do Pretendido	713
 Art. 75. Limite das Penas	714

I – Limites	715
II – Unificação	715
III - Condenação por fato posterior	716
IV – Recaptura	717
Art. 76. Concurso de Infrações	717

Capítulo IV

Da Suspensão Condicional da Pena

I - Antecedentes históricos	717
II - Natureza jurídica	719
III – Finalidade	719
Art. 77. Requisitos	719
I - Suspensão condicional do processo	720
II - Natureza jurídica	721
III - Requisitos e espécies.....	722
IV – Questionamentos	725
Art. 78. Período de observação	727
Art. 79. Especificações de outras condições.....	729
Art. 80. Suspensão, restritivas de direitos e multa	729
Art. 81. Revogação Obrigatória. Revogação Facultativa. Prorrogação do Período de Prova.....	729
I - Revogação	730
II - Audiência admonitória e período de prova.....	732
Art. 82. Cumprimento das Condições.....	733
I - Cumprimento e fiscalização das condições	733

Capítulo V

Do Livramento Condicional

I - Antecedentes históricos	734
II - Evolução histórico-normativa do direito pátrio.....	736
III - Conceito e natureza jurídica	740
Art. 83. Requisitos	741
I - Presunção de que não voltará a delinquir (exame criminológico)	745

Art. 84. Soma de Penas	746
I - Soma de penas, unificação e crimes continuados	746
Art. 85. Especificações das Condições	751
Condições	751
Art. 86. Revogação do Livramento	752
Revogação obrigatória e seus efeitos	753
Art. 87. Revogação Facultativa	755
Art. 88. Efeitos da Revogação	755
Art. 89. Extinção	756
Art. 90. Término do livramento não revogado	757
I - Extinção da pena	757
II - A questão do estrangeiro	758

Capítulo VI Dos Efeitos da Condenação

Efeitos penais	759
Efeitos Genéricos e Específicos	760
Art. 91. Efeitos da condenação: genéricos e específicos	760
Genéricos e específicos	761
Art. 91-A. Decretada a perda, como produto ou proveito do crime. Patrimônio do condenado. Sentença condenatória	764
Art. 92. Efeitos também da condenação	765
I – Efeitos específicos da condenação	765
II - Efeitos nas leis extravagantes	770

Capítulo VII Da Reabilitação

Art. 93. Reabilitação	771
I - Evolução histórico-normativa	772
II - Sigilo dos registros criminais	773
Art. 94. Requisitos	774

I - Pressupostos e requisitos	774
Art. 95. Revogação.....	775
Título VI	
Das Medidas de Segurança	
Estado de Direito e medidas de segurança	778
II - Evolução histórico-normativa do direito pátrio.....	783
Espécies de Medidas de Segurança.....	791
Art. 96. Medidas de segurança.....	791
I – Finalidades.....	793
II - Estabelecimento adequado.....	794
Art. 97. Imposição da Medida de Segurança para Inimputável. Prazo. Perícia Médica. Desinternação ou liberação condicional. Tratamento ambulatorial.....	795
I - Medida de segurança para inimputável	795
II - Impossibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança por fatos diversos.....	796
III - Perícia médica	798
IV - Cessação de periculosidade	799
Art. 98. Substituição da Pena por Medida de Segurança para o Semi-Imputável	800
I - Medidas de segurança para o semi-imputável.....	800
II - Desinternação hospitalar ou liberação ambulatorial	803
III - Início e Extinção.....	805
Art. 99. Direitos do Internado	806
I - Direitos do internado	806
II - A nova política antimanicomial:	
Título VII	
Da ação penal	
Ação Pública e de Iniciativa Privada	816
Art. 100. Ação Penal Pública.....	816
I - Ação penal pública incondicionada.....	816
II - Ação penal de iniciativa pública condicionada	819
III - Ação penal de iniciativa privada	822
IV - Ação penal privada subsidiária da pública	823
Art. 101. Ação Penal no Crime Complexo.....	825

I - Crime complexo.....	825
II - Delitos contra a liberdade sexual	825
Art. 102. Irretratabilidade da Representação	827
I - Representação.....	827
II – Retratação	828
Art. 103. Decadência do Direito de Queixa ou de Representação.....	829
I – Decadência	829
Art. 104. Renúncia Expressa ou Tácita do Direito de Queixa.....	831
I – Renúncia	831
Art. 105. Perdão do Ofendido	833
I - Perdão do ofendido.....	833
Art. 106. Perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito.....	834

Título VIII
Da Extinção da Punibilidade

I - Condições objetivas de punibilidade.....	836
Extinção da Punibilidade	839
Art. 107. Requisitos	839
I - Morte do agente	840
II - Certidão de óbito falsa	840
III – Anistia.....	841
IV – Graça	842
V – Indulto	843
VI – Histórico dos indultos na redemocratização	848
VII - Modalidades do indulto	849
VIII - Abolitio Criminis.....	850
IX – Prescrição	850
X – Decadência	852
XI – Perempção.....	854
XII – Renúncia	857
XIII – Retratação	859
XIV - Reparação do dano no peculato culposo	859
XV - Perdão judicial.....	861

Art. 108. Extinção da punibilidade nos crimes conexos	864
Art. 109. Prescrição antes de Transitar em Julgado a Sentença	865
I - Prescrição da pretensão punitiva	866
Art. 110. Prescrição Depois de Transitar em Julgado Sentença Final Condenatória....	870
Art. 111. Termo Inicial da Prescrição Antes de Transitar em Julgado a Sentença Final ...	873
Art. 112. Termo Inicial da Prescrição Após a Sentença Condenatória Irrecorrível	875
Art. 113. Prescrição no Caso de Evasão do Condenado ou de Revogação do Livramento Condicional.....	877
Art. 114. Prescrição da Multa	878
Art. 115. Redução dos Prazos de Prescrição.....	881
Art. 116. Causas Impeditivas da Prescrição	883
Art. 117. Causas Interruptivas da Prescrição.....	886
I - Causas interruptivas da prescrição	886
II - Recebimento da denúncia ou da queixa	887
III – Pronúncia.....	888
IV - Decisão confirmatória da pronúncia	889
V - Publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível	890
VI - Início ou continuação do cumprimento de pena	890
VII – Reincidência	890
VIII - Crimes conexos que sejam objeto do mesmo processo	891
Art. 118. As penas mais leves prescrevem com as mais graves.....	891
Art. 119. Concurso de crimes e extinção da punibilidade	892
Art. 120. Perdão Judicial.....	893
BIBLIOGRAFIA.....	897